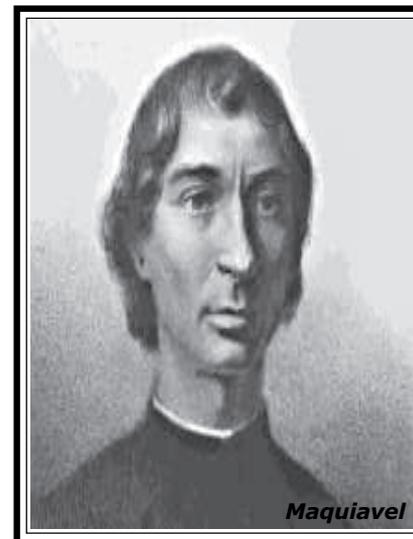


Clássicos



A idéia do príncipe entre Maquiavel e Richelieu

Por Alexandre Piorezan*

É clara a preocupação em transmitir conhecimentos aplicáveis ao dia-a-dia e reconhecíveis pelo rei. É possível notar os argumentos que dão conta da condição sagrada do rei. Richelieu formulou argumentos interligados pela graça real e pelos debates da época, acerca da natureza do poder. O debate predominou entre pensadores como Descartes e Hobbes, ambos querendo manter ordem ou criar outra, que propiciasse o aprendizado das leis naturais, além de servir de amparo para o poder instituído construir as bases de ordem natural e harmônica.

É notável como no fim da Idade Média a educação e a formação do monarca eram idealizadas por homens preocupados em dar educação humanista não muito distante da oferecida aos fidalgos e aos clérigos, educação que era concebida de forma diferenciada para clérigos e leigos durante a Alta Idade Média, dicotomia que foi rejeitada pelos humanistas do Quatrocentos. Não

concebiam mais a antiga modalidade de ensino pautada na formação, na cavalaria, ou, lendo a filosofia de Aristóteles. O príncipe precisava ser, além de guerreiro, um conhecedor, mesmo que parcial, das informações que circulavam no interior da instituição que detinha o monopólio legítimo da palavra - a Igreja Católica - além de dominar a filosofia e a arte da guerra. De modo geral, havia, sobretudo, a preocupação em dar formação histórica, noções de filosofia moral e um ramo de estudo que privilegiasse a retórica. Tudo para que o homem renascentista pudesse se comprazer em conhecer todas as especialidades que antes eram divididas, contrariando as afirmações de Santo Agostinho sobre a natureza ser propriamente decaída, quando as grandes conquistas eram resultados das graças divinas. A educação completa estaria consumada quando o homem conseguisse combinar "o olho do cortesão, a língua do letrado, o gládio do guerreiro"¹, educação

que primava pelo alcance do mais alto nível de excelência.

As teorizações se demonstravam essencialmente aristotélicas, baseadas principalmente na justiça, na sabedoria, na temperança e na fortaleza d'alma. Sendo assim, de acordo com Skinner, as inventivas se complementavam com mais duas exigências resultantes de uma escala de valores essencialmente cristãos: primeiramente, que as excelentes virtudes eram inspiradas nas almas pela vontade de Deus; segundo, porque além de aplicar e levar vida virtuosa, era preciso confiar os empreendimentos e as ações aos desígnios do Criador.

Apesar de Maquiavel participar deste movimento, a sua atuação revelou outros aspectos pouco valorizados pelos seus contemporâneos e acabou por irromper tradição de longa data. Não há como isolar época posterior dos desígnios da época que a precede, contudo, pensar que os humanistas da Renascença, em

especial Maquiavel, tenham apenas reforçado um pensamento, incorreria em subestimar a capacidade de criação de toda uma época. Maquiavel acreditava piamente que o homem poderia atingir tal nível de excelência, não no sentido atribuído anteriormente, pois, talvez, acreditasse que a melhor educação para um príncipe seria apenas ler *O príncipe*. Ao caracterizar com maior clareza a luta entre a *virtù*² e a *fortuna*, tão celebrizada pelas teorias da época, não poderia deixar de impingir preocupação em relação aos homens que deixavam as vidas serem conduzidas pelas torrentes da fortuna que, invariavelmente, eram os obstáculos para a felicidade do homem. Afirmava que a *fortuna* “demonstra sua força onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para lhe resistir e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-la”³.

Talvez esteja nesta questão uma das principais transformações no ideal de príncipe que viria a influenciar e dar um novo colorido ao pensamento político, a formação moral, política e a conseqüente visão do que se entendia por *virtù*. Ao passo que durante a tradição humanista os espelhos de príncipes concebiam a *virtù* como um alvo que deveria ser mirado e incorporado pelo príncipe ideal, em Maquiavel o príncipe não precisava mais ser apenas um modelo de virtude: o príncipe podia aparentar possuir todas as virtudes sem, no entanto, possuí-las. Maquiavel “acha menos importante ser virtuoso do que adquirir a reputação de sê-lo”⁴. Na presente assertiva, Maquiavel introduziu a arte da dissimulação, que inibiu o príncipe da preocupação velada de despender energias buscando a *virtù*, já que, em alguns casos, bastava apenas dissimulá-la, “pois um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua *virtù*, deve pelo menos mostrar algum indício dela...”⁵.

Ao considerar indispensável todo e qualquer tipo de qualidade, mesmo os vícios; Maquiavel introduz noção original

de *virtù*. A preocupação maior estava ligada à manutenção do Estado, sendo que o príncipe que tivesse a *virtù* como o fim único tenderia a levar à derrocada daquele que devia ser o principal fim a ser almejado: a manutenção do Estado. Sendo assim, para Maquiavel, um homem de *virtù* precisava variar sua conduta do bem ao mal, e do mal ao bem, conforme a fortuna e as circunstâncias lhe ditassem.

Para Maquiavel o conceito de *virtù* significava “todo o conjunto de qualidades, sejam elas quais forem”⁶, sendo o vício uma virtude que não devia ser excluída, uma vez que os príncipes deviam saber usá-la quando as circunstâncias o exigissem. As qualidades precisavam ser adquiridas pelo príncipe para manter seu Estado e realizar grandes feitos. Já no caso de seus contemporâneos, a *virtù* estaria qualificada como a aquisição do conjunto das virtudes maiores, excluindo série de vícios, a imoralidade e outras, do catálogo de virtudes do príncipe.

A forma usual de Richelieu permite manter ligação direta com a tradição, ciosa em relação aos rompimentos e muito mais propensa à manutenção⁷. Segundo ele, a submissão dos súditos dependia diretamente da devoção do rei ao reino de Deus, pois o rei precisava estar ciente de que “é o princípio do governo dos Estados e, com efeito, era uma coisa tão necessária que, sem este fundamento, não há príncipe que possa bem reinar, nem Estado que possa ser feliz”⁸. Para o cardeal, uma das principais virtudes do príncipe era a de se manter prostrado diante de Deus, submissão que servia de exemplo prático para que os súditos seguissem e fizessem o mesmo diante de seu rei. Fato que demonstrava que a preocupação era ser menos direto do que Maquiavel, mas, na intenção, o desejo parecia persistir, qual seja, o de dissimular o sentimento de religiosidade. É preciso notar que, conforme Renato Janine Ribeiro, a dissimulação foi arma de sociedade que a considerava não como maldade propriamente dita, mas, como elemento indispensável na vida de cada

pessoa⁹, aspecto que alterava significativamente o sentido “perverso”, que transparecia em Maquiavel. A dissimulação, à época, era comum. Neste sentido, Richelieu define que

Não posso calar sobre o mérito que adquiriu V. M. diante de Deus e diante dos homens, aplacando o brilho das suas imprudências se não se tivesse sabiamente dissimulado aquilo que se podia reprimir com tanta segurança quanta razão¹⁰.

Na concepção de Richelieu, o príncipe deveria ser devoto para garantir a adesão social dos súditos, cujo interesse maior residia em viver sob regime em que reinasse um príncipe piedoso. A característica de devoção era traço marcante dos *espelhos de príncipes* medievais, situação que não mudou muito durante o século XVII, mas que já comportava variação semântica importante. Era, justamente, a entrada da virtude e da dissimulação, algo que era considerado de bom tom aparentar ser, sem realmente o ser, simplesmente para não irromper com as tradições e os costumes que se mantinham vivas na memória de grande parte do reino.

Maquiavel buscava utilizar todas as formas, vícios e virtudes para elevar o príncipe. O *Testament Politique* demonstrava, de forma sutil, que ao homem cabia discernir entre as boas e as más ações. Ao príncipe, dotado de razão, cabia distinguir quais eram os defeitos propriamente humanos para que a razão, algo superior ao corpo humano e às paixões, pudesse encontrar os meios para livrar-se de males e de infortúnios.

No *Testament Politique* o príncipe apresenta diferenciações significativas em relação à condição humana. Um fato notório residia na informação de que não se podia separar o homem do príncipe¹¹. Ambos conviviam e desfrutavam das mesmas dores e prazeres, com a preocupação maior de dotar os dois de razão que distinguísse os homens fracos e sem iniciativa dos que possuíssem ação e força. Para Richelieu,

“(...) os defeitos dos príncipes que são desta natureza são muito menos perigosos para os Estados do que aqueles que se inclinam à presunção e ao desprezo daquilo que devem reverenciar. Mas desde que levem o nome de defeitos, é preciso corrigi-los, principalmente se são verdadeiros, e é certo que podem advir muitos inconvenientes prejudiciais ao Estado”¹².

A virtude considerada por Richelieu consistia em agir racionalmente na busca da erradicação dos vícios causadores de inúmeros infortúnios aos reis e seus Estados, havendo relação entre a vida particular do rei, e a função de rei¹³. A preocupação se justifica bem, principalmente, numa época em que o público e o mundo privado ainda não eram definidos. Vários encontros eram efetuados, muitas vezes, na presença, mesmo que distante, de criados, serviçais, além de outros, o que significava, conforme Philippe Ariès¹⁴, que não havia espaços inacessíveis para nobres e criados que conviviam sob o teto real. Era preciso, portanto, indicar soluções práticas ao príncipe para que conseguisse sobreviver aos desgastes ocasionados pela convivência diária.

Richelieu demonstra como o rei Luís XIII era superior em grandeza e em dignidade, sendo possível distinguir uma relação entre as suas atitudes como rei e como homem.

Demonstrando como as inovações nas diferentes áreas do conhecimento humano estavam influenciando seu pensamento, Richelieu concebeu, aparentemente, como superioridade apenas a condição daqueles que conseguissem manter a razão e a força de espírito como carros-chefes na condução das ações humanas. O que na Idade Média se apresentava como sendo próprio do corpo humano ou do corpo político do rei, para Richelieu era a razão humana usada com muita perseverança para distinguir um ser, já superior em dignidade e em grandeza, dos demais. Atribuiu, destarte, ao rei a seguinte consideração:

“Se fosse impossível a todos os homens prevenir pela razão as surpresas que recebem de suas paixões, eu não estimaria que isto se referisse a V. M. que tem muitas excelentes qualidades que os outros não têm. (...) Como é uma coisa importante a saúde, também é para reputação, e sua glória, que não pode sofrer senão aquilo que não é nada na razão, mas muito nos sentimentos que devem segui-la em todas as coisas”¹⁵.

É evidente como Richelieu deixava transparecer certa confusão entre as capacidades do rei e as que se apresentavam aos outros homens. Parece que ele não ressaltou nada mais que pudesse garantir a estabilidade do reino senão a condição de dignidade que herdou, parecendo não acreditar numa devoção recíproca se ela não fosse sinceramente dirigida do rei a Deus, para que ela se refletisse de forma pálida aos súditos em relação ao seu monarca. A autoridade surgia como elemento definidor: a moral e a virtude eram elementos que permitiam ao príncipe alcançar as graças divinas através de sua autoridade legitimada. O príncipe precisava atuar astutamente no sentido de prover sempre os símbolos que fortaleceram a autoridade monárquica no interior do Estado, cujas forças rebeldes se compreendiam em pé de igualdade em dignidade, autoridade e legitimidade.

O príncipe perfeito de Maquiavel devia estar atento às virtudes e aos vícios, porque ambos podiam significar ganhos em momentos de difícil controle por soberano apenas virtuoso. Nas máximas contidas no *Testament Politique*, o que se percebe são inúmeras tentativas de domar os instintos mais devastadores do comportamento humano, aqueles cujos males, indiscutivelmente, conforme Richelieu, precisavam ser banidos, aparecendo o discernimento e a razão entre as qualidades imprescindíveis ao príncipe ideal.

O príncipe, também homem, devia aprender a controlar seus impulsos mais devastadores, os que surgiam em momentos de raiva intensa e que podiam

ocasionar um sem número de danos à imagem que o rei devia refletir para o restante da sociedade. A razão do príncipe de Richelieu parecia dissipar a aceitação das virtudes e dos vícios apresentados por Maquiavel.

* Professor do Curso de História na UNIOESTE. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

Notas

¹ SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 112.

² De acordo com Renato Janine Ribeiro, se Maquiavel retoma “(...) n’O Príncipe a acepção romana de fortuna, altera substancialmente a de virtude - a ponto de forçar-nos a dizer esta última, quando a ele nos referimos, em italiano. Para ele, a *virtù* será, como para os moralistas romanos, o que nos capacita resistir aos golpes da Fortuna e, assim, a atrair o seu favor”. RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 30.

³ Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 120.

⁴ SKINNER, Q. *Op. cit.*, p. 158.

⁵ Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 23.

⁶ SKINNER, Q. *Op. cit.*, p. 159.

⁷ CARMONA, Michel. *La France de Richelieu*. Bélgica: Fayard, 1984.

⁸ RICHELIEU. RICHELIEU. *Testament Politique*. In *Oeuvres du cardinal de Richelieu*. Paris: Plon, 1933 (com introdução e notas de Roger Gaucheron), p. 54.

⁹ RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 23.

¹⁰ RICHELIEU. *Op. cit.*, p. 14.

¹¹ KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 301.

¹² RICHELIEU. *Op. cit.*, p. 13-14.

¹³ KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 301.

¹⁴ ARIÈS, Philippe. *Histórica social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, segunda edição, 1981.

¹⁵ RICHELIEU. *Op. cit.*, p. 15.